

Defensoria pede à Justiça retomada de passe livre na Capital na eleição

Defensoria pede à Justiça volta do passe livre na Capital

Dois partidos também ingressam com ações. Melo aceita compensar datas, mas condiciona troca a acordo com vereadores

A Defensoria Pública do Estado (DPE) ingressou ontem com ação civil pública na Justiça para tentar assegurar que o domingo de eleições tenha passe livre nos ônibus em Porto Alegre. O benefício foi retirado por lei proposta pelo prefeito Sebastião Melo e aprovada pela Câmara de Vereadores em dezembro do ano passado.

A alteração legal, que teve como uma de suas justificativas preservar outras formas de gratuidade, limitou a concessão de passe livre em duas hipóteses: no feriado de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira da cidade, e nos chamados "Dias D" das campanhas de vacinação.

O efeito da mudança, contudo, veio a público ontem, a poucos dias do primeiro turno das eleições, quando a Defensoria anunciou a decisão de ajuizar a ação, na qual pede liminar com urgência ao Judiciário, sustentando que a concessão de passe livre no dia de eleições ocorre há 28 anos em Porto Alegre e sua recusa trará prejuízo para a população.

Conforme o texto ajuizado, a restrição imposta pela mudança na legislação "acabou por restringir, ainda que indiretamente, o direito de acesso ao voto pelas eleitoras e pelos eleitores municipais de Porto Alegre, especialmente da camada mais pobre da população, a qual já vem sofrendo por conta da crise gerada em decorrência de inúmeros fatores, entre eles a inflação que incide sobre a cesta básica".

Argumentação

A ação destaca que o número de deslocamentos cresce na cidade em virtude das eleições e que o incremento na demanda por transporte coletivo alcança 74%. Sustenta, ainda, que os eleitores foram "surpreendidos" com a mudança feita no "apagar das luzes" de 2021. Por fim, pede reversão da restrição, definida como "inconstitucional" e solicita a garantia de passe livre nos dois turnos da eleição.

Dois partidos também ingressaram com ações na Justiça nesse sentido. O PSOL quer a retomada do passe livre na Capital e sustenta que a extinção de 10 dias de passe livre por ano na cidade promove

desequilíbrio no contrato das empresas de ônibus com a prefeitura, que previa 12 dias de benefício.

Já a Rede Sustentabilidade ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a gratuidade no transporte público municipal e manutenção das frotas de ônibus das cidades de todo o Brasil, durante a votação no domingo. A iniciativa prevê que as prestadoras de serviço, privadas ou públicas, possam buscar o ressarcimento de eventuais despesas junto às prefeituras, que, por sua vez, poderão solicitar a compensação de gastos ao governo federal.

Ao longo do dia de ontem, tanto o prefeito Sebastião Melo, quanto vereadores, pronunciaram-se sobre o tema. Melo salientou que, em qualquer hipótese de concessão do passe livre nas eleições, será necessária compensação em outra data para evitar o prejuízo às empresas de transporte. Ele chegou a mencionar a possibilidade de uma troca, permitindo o benefício no primeiro turno, em substituição ao passe livre no feriado de Navegantes do ano que vem.

– Não tem almoço de graça – disse Melo, citando o prejuízo de R\$ 1,1 milhão referente a um dia de passe livre nos ônibus da Capital.

Sobre sua proposta de compensação, complementou que tal valor se refere só ao domingo do primeiro turno. Ou seja, uma segunda compensação seria necessária para o segundo turno. Em entrevista à Rádio Gaúcha, Melo enfatizou a necessidade da criação de acordo que englobe os dois turnos.

Ao explicar a operacionalização da sua proposta, Melo afirmou que os 17 líderes da Câmara precisam protocolar um projeto solicitando a substituição da festa dos Navegantes pelo primeiro turno da eleição, como data de passe livre. Então, ele levaria a proposta a uma mesa de deliberações do Ministério Público para explicar os motivos para o descumprimento da lei.

Em entrevistas, vereadores de vários partidos declararam concordância com eventual troca. O Ministério Público, por sua vez, emitiu nota argumentando que entende não haver ilegalidade na ação da prefeitura, pois está sendo cumprida a lei em vigor.



Haverá mais veículos em operação no domingo, anunciou a EPTC

Como ocorreu a votação em dezembro passado

O debate que levou a mudança no passe livre em dias de eleições aconteceu entre junho e dezembro do ano passado.

A Câmara de Vereadores decidiu, no dia 6 de dezembro, que o texto de autoria do prefeito Sebastião Melo (MDB) seria aprovado sem emendas. Nele, o mandatário argumentava que o custo da passagem é impactado negativamente pelas isenções, e diminuía as datas de passe livre

pela metade para combater isso.

As vereadoras Bruna Rodrigues e Diana Santos (PCdoB) e o vereador Gilson Padeiro (PSDB) protocolaram emendas sugerindo que a gratuidade fosse mantida em dias de eleições. Foram rejeitadas.

Foram 20 votos favoráveis ao projeto de lei e 13 contrários. Em relação à emenda que pretendia garantir a isenção em dias de pleito, o placar ficou em 19 contra e 13 a favor.

Reforço e ativação de linhas

A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) anunciou ontem que 26 linhas de ônibus serão ativadas especialmente no domingo em Porto Alegre, dia de eleição.

Além disso, a tabela horária das linhas oferecidas vai ser reforçada, apesar de não representar os horários de dias úteis em Porto Alegre.

Algumas das linhas ativadas serão criadas especialmente para as eleições, enquanto outras circulam somente durante a semana ou

A situação

Dos cinco maiores colégios eleitorais do Rio Grande do Sul, apenas em um, Caxias do Sul, havia garantia de passe livre nos ônibus no dia da votação no primeiro turno

PORTO ALEGRE

- Maior colégio eleitoral do RS, com mais de 1,1 milhão de pessoas aptas a votar, a capital pode viver no próximo domingo a sua primeira eleição sem passe livre desde a metade da década de 1990

- A extinção foi aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito Sebastião Melo em 2021 como forma de reduzir o impacto das gratuidades no valor da tarifa

- Melo disse que poderia trocar a liberação de Navegantes para o domingo do primeiro turno, mas quer acordo com vereadores

- A Defensoria Pública entrou com ação na Justiça pedindo a retomada do passe livre nas eleições

CAXIAS DO SUL

- Segundo maior colégio eleitoral do Estado, com 343,4 mil eleitores, a cidade terá transporte gratuito, garantiu o prefeito Adiló Didomenico (PSDB)

CANOAS

- Não haverá passe livre no terceiro maior colégio eleitoral do RS. São 258,2 mil eleitores registrados

- A prefeitura afirmou, em nota, que a ausência de transporte gratuito para votar se deve à crise financeira

PELOTAS

- Com 247,7 mil votantes registrados, o município não terá passe livre. Questionada, a prefeitura respondeu, por meio de assessoria de imprensa, que "(o passe livre) não está previsto no contrato com o Consórcio do Transporte Coletivo de Pelotas"

SANTA MARIA

- Também não haverá passe livre no quinto maior colégio eleitoral do Estado, com 208,7 mil votantes. Segundo a assessoria de imprensa da prefeitura, não há previsão de passe livre em nenhum dia do ano

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Eleições 2022 **Página:** 8